

RESOLUÇÃO CES Nº 1374/2024

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2016, e em consonância com às deliberações do Pleno do Conselho Estadual de Saúde/ES, em sua 258ª Reunião Ordinária do pleno do CES, reunida no dia 24 de outubro de 2024.

Resolve:

Art. 1º - Aprova as atas 254ª, 255ª e a 256ª. (Anexo)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: www.saude.es.gov.br

Vitória - ES, 29 de Outubro de 2024.

MÁRCIO FLÁVIO SOARES ROMANHA

Presidente do Conselho Estadual de Saúde/ES

Homologo a Resolução Nº. 1374/2024 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

MIGUEL PAULO DUARTE NETO

Secretário de Estado da Saúde/ES

(Anexo)

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA - 254ª Reunião Ordinária

27 de junho de 2024

001 Aos 27 (Vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro),
002 às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho de Estado da Saúde - SESA - Av.
003 Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira, Vitória/ES, reuniram-se em
004 Sessão Ordinária, o Conselho de Estado da Saúde - CES/ES, sob a Presidência do
005 Conselheiro Márcio Flavio Soares Romanha, realizando sua 254ª (ducentésima
006 quinquagésima quarta) Sessão Ordinária. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as):
007 Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA),
008 Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Ricardo Ewald (SESA), Denise Mara
009 Ramaldes Pedrosa (COSEMS/ES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Pablo Reis
010 Garcia Perez (SINES), Cintia Maria R. Nonato (SINDPSI-ES), Andrea Scalfoni Menini
011 (SINDIENFERMEIROS), Marcia Naomi Shigetomi (SINODONTO), Eliane Maria de
012 Souza (UFES-SINTUFES), Raissa Correia Rosa (FETAES), Sidney Parreiras de Oliveira
013 (PVHA), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), João Carlos Santos – Barata
014 (SINDNAP), Mansuor Cadaís Filho (FAMOPES), Milene da Silva Weck Terra (UBM),
015 Maria Aparecida Alves Sousa (FASMA), Antônia Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA),
016 Ana Paula Castelo Fonseca (GAPCCI), Darcy Viqueti Fassarela (GAPCCI), Rosini
017 Helena Gurgel Lopes (FEAPAES) e Cynara da Silva Azevedo (Secretaria Executiva do
018 CES). Convidados: Antônio Carlos Nogueira do Nascimento, Ana Clara Fraga (ICEPI) e
019 Maristela Z. Macedo (ICEPI/PDPI). **1- Informes: Conferência de Gestão do Trabalho
020 e Educação em Saúde. (Cynara) e Eleição Conselhos Gestores (Barata - João
021 Carlos); 2- Aprovação: ATA 252ª; 3- Apresentação, Debate e Encaminhamentos:
022 Sífilis Congênita; 4- Apresentação, Debate e Encaminhamentos: Pesquisa sobre a
023 Política de Saúde Mental no Estado do ES; 5- Apresentação, Debate e
024 Encaminhamentos: Relatório sobre demandas recebidas, fluxos internos e
025 encaminhamentos do setor de Ouvidoria; 6- Convocação: 5ª Conferência Nacional
026 de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT) e 7- Relato das Comissões.**
027 A reunião foi iniciada por **Wellington Barros Nascimento (UNEGRO)**, que apresentou
028 um breve relatório sobre a Comissão de Educação Permanente. Ele informou que, em
029 Aracruz, ocorreu a segunda etapa do "Participa Mais". O evento consistiu em uma
030 formação voltada para os Conselheiros Municipais de Saúde e lideranças dos
031 movimentos sociais, com duração de dois dias. A formação foi conduzida pelo pessoal
032 do CEAP, responsável pela capacitação do Conselho Nacional de Saúde. Destacou-se
033 que esse foi um momento muito rico de troca de experiências, sendo fundamental para
034 qualificar a atuação dos conselheiros. Foi solicitado ao colegiado que todos se
035 empenhem na divulgação, a fim de garantir uma excelente participação nos próximos
036 eventos. Além disso, foi mencionada uma questão que surgiu na última reunião da
037 Comissão de Educação. Milene, coordenadora da Comissão, não pôde participar, mas
uma demanda foi levantada quanto à necessidade de formação dos Conselhos Gestores
de Vila Velha. Embora essa demanda já tenha sido encaminhada, a reunião para
definição das próximas etapas ainda não ocorreu, em parte devido à saída de Alexandre
da coordenação do projeto, o que resultou na reestruturação do mesmo. Por fim, foi
reforçado o compromisso de seguir trabalhando nessa demanda, em conjunto, para

038 definir a melhor metodologia a ser aplicada na formação dos Conselhos Gestores nos
039 hospitais de Vila Velha. O Conselheiro **Wellington Barros Nascimento (UNEGRO)**,
040 encerrou sua fala e passou para a Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde –
041 CES, **Milene da Silva Weck Terra**, que esclareceu que a formação dos Conselhos
042 Gestores de Vila Velha está integrada ao planejamento geral de capacitação que já vem
043 sendo realizado. A prezada explicou que o objetivo atual é organizar uma formação para
044 formadores, e que uma reunião já foi realizada com um representante do CEAP, indicado
045 para colaborar na elaboração desse processo. No entanto, Milene ressaltou que ainda
046 é necessário discutir com o Conselho a viabilidade financeira dessa formação, uma vez
047 que a pessoa responsável pela capacitação precisará ser custeada. A proposta é
048 envolver a equipe do projeto e outros participantes para construir e aplicar essa
049 formação aos Conselhos Gestores. A discussão sobre a viabilização e custeio dessa
050 atividade está em andamento. Após sua fala, a Vice-Presidente **Milene da Silva Weck**
051 **Terra. 1- Informes: Conferência de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde e**
052 **Eleição Conselhos Gestores. João Carlos Santos - Barata (SINDNAP)**, após
053 cumprimentar seus companheiros conselheiros, disse que estava para relatar as
054 atividades da Comissão. “No entanto, precisamos ajustar a pauta, portanto, iremos
055 alternar os pontos ao longo da reunião. Presidente, conforme solicitado, realizarei um
056 informe e, em seguida, voltaremos aos outros assuntos. Gostaria de informar que
057 estamos realizando as eleições para a composição dos conselhos gestores.
058 Enfrentamos diversas dificuldades nesse processo, que estão sendo acompanhadas de
059 perto por membros do Conselho, como Sidney Parreiras e outras pessoas, incluindo o
060 relator desta Comissão, Antônio Carlos, nosso Coordenador. Informo a todos que temos
061 enfrentado muitas dificuldades, especialmente com quatro hospitais que se
062 manifestaram contra a formação de um Conselho Gestor. Entre esses, a Santa Casa de
063 Vitória se destaca por não permitir a implementação do Conselho dentro da instituição,
064 dificultando até mesmo o nosso acesso. Eles recorreram à Dona Penha, que esteve na
065 Palmatória para questionar a legalidade dessa situação junto à Rita De Boni. Portanto,
066 deixo este relato para o registro e para que Dona Penha, caso esteja acompanhando,
067 esteja ciente das nossas atividades e desafios enfrentados”. Ainda pontuou que, os
068 hospitais que estão sem conselhos gestores em funcionamento enfrentam graves
069 problemas de gestão e fiscalização. Gostaria de registrar que estou de posse de um
070 vídeo que ainda não foi apresentado nesta reunião do Conselho. Pretendemos
071 encaminhar esse material à imprensa, visto que ele revela uma situação extremamente
072 preocupante: a presença de um rato circulando dentro da UTI de um hospital público.
073 Este fato evidencia as condições inadequadas de higiene e segurança nessas unidades
074 de saúde e reforça a necessidade urgente de ações corretivas e da implementação dos
075 conselhos gestores. Após seu relato, **João Carlos Santos - Barata (SINDNAP)** passou
076 sua vez para o convidado **Antônio Carlos Nogueira do Nascimento**, que durante seu
077 tempo de fala, reafirmou o que seu colega conselheiro Barata havia dito. **Antônio Carlos**
078 **Nogueira do Nascimento**, passou o microfone para a Conselheira **Caroline Gomes**
079 **Coura Barbosa (SESA)**, informou que foi transmitido ao Conselho um recado do
080 Secretário de Saúde, que enviou saudações a todos os conselheiros. O Secretário está
081 em Brasília, participando da reunião ordinária do Conselho Nacional dos Secretários de
Saúde. Foi informado que a Santa Casa de Vitória está enfrentando dificuldades em
permitir o acesso dos conselheiros e na instituição de um Conselho Gestor na unidade.
Ressalta-se que os convênios de contratualização com prestadores de serviços de
saúde, incluindo o da Santa Casa, contêm cláusulas que exigem um Conselho Gestor
operante nos hospitais. Diante dessa situação, houve uma reunião com a Chefe de
Gabinete do Secretário para discutir a gravidade do problema e a necessidade de revisar

082 a legalidade do processo eleitoral no hospital. Foi recomendada uma ação da Secretaria,
083 envolvendo contato com os responsáveis pela gestão dos convênios, para que o
084 problema seja resolvido de forma eficiente e assertiva. Diante de seu relato, a palavra
085 foi passada para a **Vice-Presidente Milene da Silva Weck Terra**, que enfatizou a
086 importância de formalizar os registros das situações relatadas pela Comissão, seja por
087 meio de atas ou documentos formais, pois esses são fundamentais para possíveis ações
088 judiciais. Ressaltou que o impedimento ao funcionamento do Conselho é desrespeitoso
089 e ilegal. Milene destacou que, caso o Ministério Público Estadual não resolva a situação,
090 deve-se considerar acionar o Ministério Público Municipal, principalmente quando o
091 problema ocorre em um hospital localizado no município. Reforçou a necessidade de
092 reunir toda a documentação, incluindo fotos, relatos e depoimentos, para a elaboração
093 de um dossiê a ser protocolado tanto no Ministério Público Municipal quanto no Estadual.
094 Concluiu afirmando que essas práticas são imorais e desrespeitam o controle social. A
095 palavra foi passada para a Conselheira **Antônia Genecy Teixeira de Oliveira**
096 **(MINTRA)**, que relatou já estar ciente da situação, uma vez que a Comissão de
097 Direitos Humanos realizou visitas a alguns hospitais, incluindo o CREFES, e elaborou
098 relatórios que, até o momento, não tiveram encaminhamento. Ela criticou a gestão
099 representada por Cristiano, que, apesar de ter assento no Conselho, permanece em
100 silêncio diante das dificuldades enfrentadas pelos conselheiros na criação dos conselhos
101 gestores, instrumentos legais que beneficiam os hospitais. A Conselheira destacou a
102 importância do retorno dos conselhos gestores, como no caso do Hospital Universitário,
103 e afirmou que é fundamental que a gestão se envolva mais ativamente no controle social.
104 Mencionou que o Brasil é referência internacional em controle social e que a situação
105 atual é motivo de vergonha, com conselheiros sendo impedidos de entrar nos hospitais,
106 apesar de sua função ser de colaboração para o Sistema Único de Saúde (SUS).
107 Concluiu destacando que é necessário um maior comprometimento e proximidade da
108 gestão com o Conselho e o controle social. A fala foi passada para a Vice-Presidente
109 **Milene da Silva Weck Terra**, que passou para o ponto **3- Apresentação, Debate e**
110 **Encaminhamentos: Sífilis Congênita**. Na reunião, foi destacada a presença da Dra.
111 Betina Amorim, ginecologista e obstetra, que acompanha o plano estadual de
112 enfrentamento da sífilis congênita. A Dra. Betina apresentou um panorama sobre a sífilis,
113 enfatizando a importância dos testes rápidos disponibilizados pelo Ministério da Saúde,
114 que permitem diagnóstico em até meia hora, e o tratamento eficaz com penicilina
115 benzatila, que cura a doença em três doses semanais. Foi relatado que, apesar da
116 eficácia do tratamento, a sífilis congênita continua a ser um problema grave, com taxas
117 de mortalidade ainda elevadas. O Espírito Santo viu um aumento significativo de casos
118 entre 2017 e 2020, com um pico de 735 casos em 2017. Após uma redução, houve novo
119 aumento durante a pandemia, e agora o plano estadual está sendo retomado para
120 enfrentar a situação. A Dra. Betina apresentou dados sobre a prevalência da sífilis no
121 estado, destacando que a maioria dos casos de sífilis congênita ocorre na Região
122 Metropolitana. Foram identificadas deficiências no pré-natal, incluindo tratamento
123 inadequado e falta de notificação de parceiros sexuais, o que contribui para a
124 persistência da doença. O plano estadual de enfrentamento visa melhorar a qualidade
125 do pré-natal, garantir a notificação de todos os casos, e promover a aplicação da
penicilina nas unidades de saúde. O objetivo é reduzir drasticamente os casos de sífilis
congênita e alcançar uma taxa próxima à recomendada pela Organização Mundial da
Saúde. Além disso, a Dra. Betina destacou a necessidade de uma abordagem integrada
que inclua a educação permanente, mobilização social, e a investigação dos casos
notificados, com foco na melhoria contínua do sistema de saúde para combater a sífilis
e outras doenças transmissíveis. Na reunião, foi informado que está em andamento uma

126 força-tarefa envolvendo o CRM, o Conselho de Farmácia, e o Conselho de Enfermagem
127 para o enfrentamento da sífilis. Foi mencionada a realização de uma reunião com o
128 Secretário de Saúde, onde as sociedades e conselhos participarão para apresentar o
129 plano de enfrentamento à rede de prestadores de serviços. A equipe da César está
130 realizando monitoramento semanal e mensal com 14 municípios prioritários, e todos os
131 municípios são convidados para as reuniões. Além disso, está em processo de
132 formalização um termo de compromisso entre entidades médicas para a implementação
133 do plano. O plano inclui a divulgação de práticas clínicas recomendadas, realização de
134 eventos de lançamento, e a publicação de materiais informativos sobre a sífilis como um
135 problema de saúde pública. Também foram realizadas entrevistas e divulgados boletins
136 atualizados. A Dra. destacou a importância de continuar desenvolvendo estratégias para
137 a adesão ao plano e a melhoria dos resultados por meio de eventos e comunicações
138 contínuas com as equipes e profissionais de saúde. Foi apresentado um levantamento
139 sobre a aplicação da penicilina em unidades básicas de saúde. Dos 52 municípios que
140 responderam a uma pesquisa, 32 relataram que a penicilina é aplicada em todas as
141 unidades básicas, 16 afirmaram que não aplicam em nenhuma unidade básica,
142 encaminhando os casos para UPAs, PSs ou hospitais, e 4 mencionaram que a penicilina
143 é aplicada em algumas, mas não em todas as unidades. Foi exibido um vídeo
144 relacionado à campanha de enfrentamento da sífilis, que continua sendo relevante. A
145 Dra. Betina se disponibilizou para responder a quaisquer perguntas ou esclarecer
146 dúvidas. O conselheiro **Mansuor Cadaís Filho (FAMOPES)**, destacou que a equipe está
147 comprometida em empoderar a sociedade no enfrentamento do problema da sífilis. A
148 atuação das gestões municipais nessa questão é evidente, especialmente em nossas
149 iniciativas. No entanto, há preocupações quanto ao acompanhamento dessas ações em
150 todo o estado, que possui uma área geográfica extensa, abrangendo 78 municípios. Foi
151 destacado que a disponibilidade de apenas uma van para acompanhar essas ações em
152 todos esses municípios pode ser insuficiente para o desenvolvimento adequado do
153 trabalho. A conselheira **Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA)** evidencia a
154 necessidade de compromisso dos gestores municipais em relação à atenção primária à
155 saúde. Ela relata sua experiência anterior como gestora municipal e destaca que o mais
156 importante não é a disponibilidade de mais vans, mas sim o compromisso dos gestores
157 locais. A conselheira aponta que a atenção primária à saúde tem se expandido
158 significativamente no estado do Espírito Santo, mencionando os avanços durante a
159 gestão do Dr. Neto na SAPS, onde houve uma expansão considerável da estratégia de
160 saúde da família. A mesma enfatiza que cabe aos gestores municipais, especialmente
161 aos secretários municipais de saúde, a responsabilidade de cuidar dos munícipes, pois
162 eles estão inseridos no território de uma equipe de saúde da família. Ela destaca que o
163 envolvimento e a responsabilidade ética dos gestores são fundamentais para garantir
164 que as gestantes e seus parceiros sejam devidamente cuidados. Ela também menciona
165 a importância de uma articulação mais efetiva entre o estado e os municípios para
166 assegurar que a atenção primária à saúde cumpra seu papel de maneira eficaz. Além
167 disso, ressalta que todos os 78 municípios têm Conselhos Municipais de Saúde e
168 questiona o papel efetivo desses conselhos, observando que alguns deles, como o de
169 Lagartixa, não têm funcionado de forma autônoma e eficaz, muitas vezes apenas
seguindo as orientações do prefeito. **Terezinha** conclui reforçando a necessidade de
vontade política, responsabilidade ética e amor pelo trabalho entre os gestores públicos,
uma vez que o cuidado da população é uma responsabilidade de todos. **A Vice-**
Presidente Milene da Silva Weck Terra iniciou informando sobre a necessidade de
inversão da pauta para a votação da recomendação e da minuta antes das próximas
apresentações. A Sra. Cida Alves, da Comissão de Defesa Intersetorial de Mulheres, foi

170 convidada a falar sobre a recomendação que tem como base o documento do Conselho
171 Nacional de Saúde referente ao Projeto de Lei nº 1904/2024. Este projeto propõe
172 alterações na legislação sobre o aborto legal, criminalizando e impedindo mulheres,
173 crianças e adolescentes vítimas de estupro de realizarem um aborto legal, entre outras
174 mudanças. A Sra. Cida Alves, representando a Comissão de Defesa Intersetorial de
175 Mulheres e Saúde da Mulher, relatou que a comissão se reuniu no dia 19 de junho de
176 2024 para elaborar uma nota de repúdio e recomendações. A Comissão solicita que o
177 Conselho Estadual de Saúde apoie o referendo feito e encaminhado aos deputados
178 estaduais. O Conselho Estadual de Saúde recomenda aos deputados federais,
179 estaduais e senadores representantes do Estado do Espírito Santo que, com base na
180 Recomendação nº 15/2024 do Conselho Nacional de Saúde, seja determinado o
181 arquivamento do Projeto de Lei nº 1904/2024, que trata da alteração dos artigos 124,
182 125, 126 e 128 do Código Penal sobre os casos de aborto previstos em lei. A Comissão
183 solicita ainda que seja promovido um debate democrático sobre o tema na Assembleia
184 Legislativa do Estado, por meio de audiências públicas com a participação da sociedade
185 civil organizada, visando garantir ampla discussão e respeito aos direitos constitucionais
186 e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. A Sra. Cida Alves apresentou também a
187 nota de repúdio da comissão, destacando que, em 2023, aproximadamente 17 meninas
188 de 10 a 14 anos foram vitimizadas pelo Estado ao ser negado o direito ao aborto legal,
189 sendo obrigadas a manter gestações resultantes de violências sexuais. Além disso,
190 apresentou dados sobre os casos de violência sexual contra adolescentes, reforçando
191 a necessidade urgente de políticas públicas que protejam os direitos sexuais e
192 reprodutivos de mulheres e meninas, especialmente as mais vulneráveis na sociedade
193 brasileira. Após as apresentações, **a Vice-Presidente Milene da Silva Weck Terra** abriu
194 para inscrições e colocou a recomendação em votação. Não havendo manifestações
195 contrárias, a recomendação foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho
196 Estadual de Saúde do Espírito Santo, na reunião de 27 de junho de 2024. Foi passado
197 para o ponto 4- **Apresentação, Debate e Encaminhamentos: Pesquisa sobre a**
198 **Política de Saúde Mental no Estado do ES;** as palestrantes do Grupo Fênix
199 apresentaram um panorama sobre o financiamento da saúde mental no estado do
200 Espírito Santo. Elas destacaram que a pesquisa realizada é original, uma vez que há
201 uma carência de estudos sobre o financiamento estadual da saúde mental, tanto no
202 Espírito Santo quanto em outros estados do Brasil. O objetivo da pesquisa foi identificar
203 as tendências de financiamento estadual nas ações e serviços de saúde mental,
204 verificando a conformidade com as diretrizes da política de saúde mental. Durante a
205 pesquisa, observou-se que não há documentos que definam claramente as obrigações
206 e competências do estado em financiar serviços específicos de saúde mental. A
207 legislação disponível apresenta competências generalizadas, mas sem detalhamentos
208 específicos. Foi realizada uma análise detalhada de documentos orçamentários e
209 administrativos, como os relatórios e planos estaduais de saúde, para tentar identificar
210 como os recursos estão sendo alocados e utilizados. Os dados mostram que não há
211 uma ação específica ou fonte de financiamento obrigatória para a saúde mental no
212 estado, o que dificulta a transparência e o monitoramento dos recursos destinados a
213 esses serviços. Assim, não é possível verificar detalhadamente como o financiamento
está sendo distribuído, o que impede uma avaliação precisa do planejamento e
execução dos recursos na saúde mental. A análise dos documentos, como as
resoluções da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), mostrou que, das resoluções
encontradas, a maioria trata apenas de questões organizacionais, e poucas abordam a
implementação efetiva de serviços, como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e
residências terapêuticas. Além disso, embora os planos estaduais de saúde mencionem

214 a saúde mental como uma prioridade, essa prioridade não se reflete em um
215 financiamento claro e direcionado. Foram apresentadas dificuldades para acessar
216 informações financeiras detalhadas, especialmente sobre a contratualização e o
217 financiamento dos leitos de saúde mental nos hospitais. Foi verificada uma
218 fragmentação na gestão dos serviços de saúde mental, com diferentes setores
219 responsáveis, o que gera falta de comunicação e dificulta o acompanhamento e a
220 fiscalização. A pesquisa também identificou uma tendência de aumento no
221 financiamento de leitos psiquiátricos em detrimento dos serviços comunitários, o que vai
222 contra a lógica de cuidado comunitário preconizada pela política de saúde mental. As
223 palestrantes finalizaram destacando as barreiras encontradas durante a pesquisa, como
224 a dificuldade de obter dados financeiros detalhados e a falta de transparência nos
225 contratos de serviços, o que sugere uma necessidade urgente de maior organização e
226 clareza na gestão e financiamento da saúde mental no Espírito Santo. **O Conselheiro**
227 **Mansuor** destacou a necessidade de uma mudança na postura dos conselheiros
228 durante as reuniões do Pleno, enfatizando que o nível de participação tem sido
229 insatisfatório. Ele observou que, nas reuniões, muitos conselheiros desconhecem os
230 detalhes das pautas de saúde e que as discussões acabam sendo preenchidas com
231 informações vagas e superficiais. Ele propôs que o Conselho adote uma abordagem
232 mais analítica e proativa, revisando cuidadosamente os documentos apresentados e
233 buscando entender profundamente as questões discutidas. Mansuor reforçou que é
234 fundamental fortalecer o controle social, para que o Conselho possa exercer um papel
235 mais eficaz na avaliação e fiscalização das políticas públicas de saúde. Ele finalizou
236 agradecendo pela oportunidade de expressar suas preocupações e incentivando uma
237 reflexão sobre como os conselheiros podem se comprometer mais com suas funções
238 para evitar o esvaziamento do controle social, o que ele considerou uma questão muito
239 preocupante. Para encerrar a reunião, a **Vice-Presidente Milene da Silva Weck Terra**
240 concluiu destacando a importância de incluir, nas pautas das próximas reuniões, temas
241 que atraiam maior participação dos conselheiros e demais interessados, reforçando a
242 relevância de um debate mais qualificado e representativo. Milene agradeceu às
243 palestrantes Fabíola e Lara pelo conteúdo apresentado e pela parceria, sugerindo que
244 as comissões continuem colaborando para o fortalecimento da política de saúde
245 estadual. Ela encerrou a reunião ordinária elogiando a qualidade das discussões e
246 ressaltando a importância desse momento para o Conselho.

243

244

245

246 **Márcio Flávio Soares Romanha**

247 Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo

248

258

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

001	Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de julho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 14
002	(quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da
003	Secretaria de Estado da Saúde – SESA - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento
004	Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde –
005	CES/ES, sob a Presidência do Conselheiro Marcio Flavio Soares Romanha realizando sua 255ª
006	(ducentésima quinquagésima quinta) Sessão Ordinária. Estiveram presentes os (as)
007	conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Batista (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo
008	(SESA), Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Pablo Reis
009	Garcia Perez (SINFES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Márcia Naomi Shigetomi
010	(SINODONTO), Maria Rita de Boni (SINDSAUDE-ES), Márcio Flávio Soares Romanha (CUT),
011	Wesley Bonifácio Dias (SINIMETAL), Fabiana Neto (Sindicato Dos Metalúrgicos), Sidney
012	Parreiras de Oliveira (PVHA), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), Antônia Genecy
013	Teixeira de Oliveira (MITRA), Ana Paula Castelo Fonseca Moreira (GAPCCI), Rosini Helena
014	Gurgel Lopes (FEAPAES). O <u>Presidente Márcio Romanha</u> iniciou a reunião saudando a todos
015	os presentes, fazendo também uma breve auto descrição física e pessoal da sua pessoa e
016	mencionando datas comemorativas importantes do mês de julho, como o dia: dia primeiro de
017	julho, o Dia da Vacina BCG, no dia dois, foi comemorado o Dia do Hospital e dia vinte e cinco,
018	o Dia do Motorista, que coincide com o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e
019	Caribenha. Esta data é uma homenagem à luta e resistência das mulheres negras, que
020	enfrentam diariamente o racismo e o sexíssimo, problemas que persistem infelizmente até hoje.
021	O mesmo cita que é essencial que, como homens, nos unamos a elas nessa batalha. Devemos
022	combater tanto o racismo quanto a violência contra a mulher, que ainda são visíveis em nosso
023	estado. 1- Informes: Tempo: 5 min Relatoria: Sidney Parreira (APVHA) Secretário Geral 1.
024	Conferência de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde. (Cynara) 2.
025	Desincompatibilização dos conselheiros – João Carlos dos Santos e Maria Aparecida. 2-
026	Aprovação: Atas 247ª, 252ª e 253ª Tempo: 10 min Relatoria: Sidney Parreira (APVHA)
027	Secretário Geral 3- Aprovação Substituição de representação externa – Câmara de
028	Assessoramento Técnico da Hemo rede Estadual HEMOES – (Sidney Parreiras se
029	candidatou para substituir Ricardo Ewald na titularidade) –RESOLUÇÃO CES Nº
030	1360/2024 “ad referendum” – Prorrogação das inscrições para o Triênio 2024-2027.
031	Tempo: 10 min Relatoria: Márcio Romanha 4- Apresentação, Debate e encaminhamentos
032	- CI/SESA/SSEPLANTS/Nº 19/2024– SSEPLANTS, solicitação de reavaliação do RAG
033	2023 Tempo: 30 min Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira –

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

034	Vitória – ES CEP: 29.050-625 – Tel: (27) 3636-8323 / 3636-8279 E-mail:
035	ces@saude.es.gov.br Relatoria: SSEPLANTS/SESA 5- Apresentação, Debate e
036	encaminhamentos – Relatório sobre demandas recebidas, fluxos internos e
037	encaminhamentos do setor de Ouvidoria. Tempo: 30 min Relatoria: Terezinha do Carmo
038	Alves Bolzani 6- Apresentação, Debate e encaminhamentos – Panorama da situação
039	sanitária após desastre das chuvas no Sul do ES Tempo: 30 min Relatoria: Orlei Cardoso
040	(Subsecretário de Vigilância em Saúde) 7- Convocação - 5ª Conferência Nacional de
041	Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT) Sugestão de datas para as etapas,
042	exceto a nacional que é definida pelo CNS. Etapa municipal: até 30 de março 2025;
043	Conferências Livres: até 20 de abril de 2025; Etapa Estadual: até 30 de maio de 2025;
044	Etapa Nacional: 8 a 11 de julho de 2025. Tempo: 15 min Relatoria: Coord. CISTT; 8- Relato
045	das Comissões: Tempo: 15 min. Relatoria: Coordenadores. Ponto 01 – Informes: O
046	Presidente passou a palavra para o Secretário Geral Sidney Parreira (APVHA), que fez um breve
047	relato sobre seu retorno do Seminário de Controle Social e Ouvidoria, o mesmo relatou que a
048	ouvidoria precisa ser um espaço que deve estar colada junto ao Conselho, pois é um espaço de
049	intermédio entre o usuário e gestão. Sendo um canal, que servirá para fortalecer as políticas
050	públicas. O Secretário Geral Sidney Parreira (APVHA), passou a palavra para Terezinha Bolzani
051	(SESA), que foi representando a Ouvidoria, que por sua vez fortaleceu a fala do secretário,
052	destacando sobre o que fazer com relação à legalidade da ouvidoria, sua vinculação, e seu
053	papel da ouvidoria. Reafirmou a importância da parceria entre a Ouvidoria e o Conselho,
054	garantindo os direitos ao cidadão. Porém, enfatizou que existe a norma única Nacional, mas que
055	cada Estado funciona de forma diferente. Finalizou sua fala enfatizando a importância
056	do trabalho conjunto com o Conselho, e o que precisa ser feito para garantir o direito do usuário
057	e o controle social. O presidente passou a palavra para Cynara Da Silva Azevedo: I. Conferência
058	de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, a mesma relatou que não havia muito o que
059	passar, pois o processo segue em andamento. II. Informou também a Desincompatibilização
060	dos conselheiros – João Carlos dos Santos e Maria Aparecida. Ao finalizar o ponto sobre a
061	desincompatibilização o Presidente retomou sua fala, informando que houve uma solicitação de
062	inclusão de duas Pautas, Pauta 1 - Comissão Eleitoral do CES e recomposição da Comissão
063	Eleitoral. Pauta 2 – Comissão de Conselho Gestores sobre alteração de datas , foi
064	submetido ao pleno e que votou a favor, assim, incluído as duas pautas. Ponto 2- Aprovação:
065	Atas 247ª, 252ª e 253ª , o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Sidney para dar
066	sequência ao ponto 2 da pauta, que imediatamente colocou em discussão as atas de número

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

067	247 ^a , 252 ^a e 253 ^a . Sem objeções as atas foram aprovadas por todos os presentes. Ponto 3 –
068	Aprovação: I. Substituição de representação externa – Câmara de Assessoramento Técnico
069	da Hemo rede Estadual HEMOES – (Sidney Parreiras se candidatou para substituir Ricardo
070	Ewald na titularidade), o Presidente informou que Ricardo Ewald quem hoje representa na
071	Câmara Técnica e o mesmo se encontra com dificuldades, pois representa o Conselho em
072	outros espaços e passou esse âmbito para a mesa diretora e que Sidney se dispôs a representar
073	o Conselho na titularidade dessa Câmara Técnica, após esse breve relato, o Presidente colocou
074	em votação, sendo aprovado por todos os presentes. II. RESOLUÇÃO CES Nº 1360/2024 “ad
075	referendum” – Prorrogação das inscrições para o Triênio 2024-2027, o Presidente informou que
076	devido à baixa quantidade de inscritos a Comissão Eleitoral propôs a prorrogação do prazo das
077	inscrições, foi realizada a votação e aprovado por todos os presentes. Inclusão de Pauta:
078	Ponto 1 - Comissão Eleitoral do CES e recomposição da Comissão Eleitoral, o Presidente
079	passou a palavra para o Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), que informou a necessidade
080	de recompor a Comissão Eleitoral, devido a desincompatibilização do João Carlos dos Santos,
081	com um representante do segmento de usuário. O mesmo trouxe uma situação atípica de
082	candidatura de entidades que poderia comprometer o processo de eleição do
083	Conselho, interferindo assim, na questão da sociedade civil, na questão da paridade, da
084	igualdade de condições. Sugeriu que fosse suspenso os prazos do processo para que fosse
085	analisado os documentos de candidatura de uma determinada entidade com o devido suporte
086	jurídico. Cristiano passou a palavra para a Conselheira Maria Rita de Boni (SINDSAUDE-ES),
088	que corroborou com a fala do Conselheiro Cristiano. A Conselheira Maria Rita, passou a palavra
089	para Caroline Gomes Coura Batista (SESA), que demonstrou sua preocupação no fato relatado,
090	e propôs que houvesse melhorias no edital para que os critérios mencionados pela Comissão,
091	não venham acontecer nos próximos editais e não coloque o Conselho numa posição de
092	vulnerabilidade de pessoas que não estejam inseridas no Conselho, para agregar, para
093	efetivamente apresentar a sociedade de forma igual e justa, manter e garantir mais do que a
094	paridade do Conselho Estadual de Saúde. Caroline passou a palavra para Wellington Barros
095	Nascimento (UNEGRO), que fortaleceu a fala dos membros da Comissão e que sugeriu caso
096	não consiga reverter a situação, deixa a sugestão para os próximos editais. A palavra foi
097	passada para o presidente que agradeceu as falas e concordou que o processo deve ser feito
098	com transparência. Colocou em votação a paralisação do processo eleitoral, onde os prazos
099	ficarão suspensos até ter um parecer tanto da auditoria, quanto da PGE e sobre a recomposição
100	da Comissão Eleitoral, o Presidente Márcio Romanha se dispôs a compor a Comissão Eleitoral.

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**ATA – 255ª Reunião Ordinária****25 de julho de 2024**

101	Foi realizada a votação e todos os presentes foram favoráveis. Inclusão de Pauta: Ponto 2 -
102	Comissão de Conselho Gestores sobre alteração de datas, o presidente Márcio Romanha
103	passou a palavra para Antônio Carlos, que expôs sobre eleição do Conselhos de Gestores, mas
104	como outros membros da Comissão não concordaram com o que foi dito, o Presidente entrevistou
105	e pediu para que os membros fora da sala se reunissem e chegassem em um consenso. Ponto
106	4 - Apresentação, Debate e encaminhamentos - CI/SESA/SSEPLANTS/Nº 19/2024–
107	SSEPLANTS, solicitação de reavaliação do RAG 2023, o Presidente Márcio deu continuidade
108	na pauta, passou a palavra para Francisco José Dias Da Silva (SSEPLANTS) que agradeceu a
109	mesa diretora do Conselho pela oportunidade de apresentar algumas considerações do RAG
110	2023, falou sobre a solicitação que foi feita pela gestão, e que umas das considerações que ele
111	trouxe para todos é o relatório que foi feito no RAG 2023, o mesmo expôs uma apresentação
112	para servir de guia do relatório do conteúdo do anexo da resolução do Conselho, porque tem
113	um padrão tradicional de análise de dados, de considerações e recomendações ressalvas que
114	foram solicitadas pelo Conselho e a necessidade de debater ao máximo o mesmo. Pontuou três
115	grandes eixos de considerações do Conselho, e as explicou durante a apresentação da guia.
116	Agradeceu e devolveu a palavra ao Presidente Márcio que passou a palavra para o Conselheiro
117	Sidney Parreira que propôs que o documento apresentado pelo Francisco José Dias Da Silva
118	(SSEPLANTS) retornasse para a Comissão da CIOF, pois é na mesma que verifica, faz a
119	avaliação e discutir sobre, no Conselho para depois remetê-lo ao Pleno, por ser um documento
120	de difícil entendimento. O Conselheiro Sidney passou a palavra para o Conselheiro Cristiano,
121	que afirma a importância da fala de Francisco José Dias Da Silva (SSEPLANTS) e
122	acompanhando a fala do Conselheiro Sidney. O Conselheiro Cristiano passou a palavra para
123	Terezinha do Carmo, que propôs que quando os representantes das instituições levassem
124	alguma pauta para o Pleno, fosse dado um feedback no retorno as Instituições que cada um
125	representa. A palavra foi passada para Simone Barni (SSESPLANTS), que quando o documento
126	que o Dr. Francisco apresentou é publicado no Diário Oficial, o mesmo dá a entender que a
127	SSESPLANTS não abre diálogo com o Conselho Estadual de Saúde, sendo que na realidade
128	ambos possuem um bom relacionamento, a mesma ressalta que o relatório do RAG é um
129	relatório que se trata do passado e trazê-lo como se fosse de 2024 a 2027, acaba ficando
130	confuso. Já que esse não é o objetivo do presente relatório. Deixou claro que estão sempre a
131	disposição. Devolveu a palavra para o Presidente, que propôs ao pleno que o documento do
132	RAG 2023 retornasse ao CIOF e marcasse uma reunião da comissão com a equipe do
133	planejamento. Se a representação da secretaria quisesse participar, também não teria

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

134	problema. Foi aberta a votação, onde todos aprovaram a ideia. O presidente retomou a pauta
135	de Inclusão da Comissão de Conselho Gestores sobre alteração de datas, passou a palavra
136	para Antônio Carlos, que colocou que a Comissão deliberou tocar o processo eleitoral dos
137	trabalhadores de quatro hospitais de Vitória que estavam faltando e fazer os de Vila Velha e no
138	decorrer disso analisarão como trabalhar as questões de usuários. O Presidente retomou a
139	palavra e informou que desde o início do mandato estão caminhando devagarzinho e agora
140	conseguiram realizar o processo eleitoral que é trabalhoso, onde a equipe tem que ir em cada
141	hospital, pegar a votação de cada plantão, mas que os companheiros têm feito um bom trabalho.
142	Abriu a votação das novas datas que foram colocadas pela Comissão, sendo favoráveis por
143	todos os presentes. Ponto 5 - Apresentação, Debate e encaminhamentos – Relatório sobre
144	demandas recebidas, fluxos internos e encaminhamentos do setor de Ouvidoria. A palavra foi
145	passada para Terezinha do Carmo que informou que a pauta foi retirada e que será apresentada
146	em outra oportunidade. Ponto 6 - Apresentação, Debate e encaminhamentos – Panorama da
147	situação sanitária após desastre das chuvas no Sul do ES, o Presidente passou a palavra para
148	Orlei Cardoso (Subsecretário de Vigilância em Saúde) que informou que seria breve e a Carla
149	(equipe de apoio de Vigilância em Saúde) iria dar um panorama para todos. Sobre o que
150	aconteceu nos municípios da região Sul, que estão tentando inovar, ou, pelo menos, andar um
151	pouco na frente de uma forma mais eficaz em relação a essa questão do desastre na
152	apresentação que foi feita recentemente pelo Conselho, pela Câmara técnica de Epidemiologia
153	do Ministério. O desastre entrou como uma das grandes prioridades em relação às questões de
154	saúde pública, no dia quinze e dezesseis de julho, iniciaram um movimento na região,
155	começando pela superintendência, e depois trabalhando em Apiacá dois dias e Bom Jesus do
156	Norte. Então foi o trabalho da construção do plano de contingência. Ressaltou, que tem a ver
157	com o Conselho Estadual e os conselhos municipais. Informou que tiveram uma adesão muito
158	grande da secretária de saúde e do prefeito, e deixou claro que a questão do desastre não cabe
159	apenas ao setor saúde. Passou a palavra para Carla, que iniciou sua fala informando que para
160	o SUS, emergência em saúde pública é caracterizada como desastre, ou quando o município
161	ou o Estado, o ministério perde toda a estrutura e capacidade de resposta em relação à saúde.
162	Um desastre igual ao que aconteceu em Mimoso do Sul, teve duas características: o desastre
163	em si e a perda da estrutura física. Se a ação da saúde não é imediata, pode ter um surto dentro
164	de um desastre, isso pode acontecer pela evolução do quadro que todo o desastre tem. É
165	importante entender que quem trabalha em desastre, quem trabalha, expondo
166	contingenciamento é a defesa civil, porque eles trabalham naquela questão de prevenção,

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

167	porque é preciso pensar em como evitar esses desastres. E que cada município possui um plano
168	de contingência. Informou que vão ficar uma semana até o final do ano, em agosto em Muqui e
169	Atilio Vivácqua dois dias em cada município, para criar coordenações e comunicações agindo
170	contra as diversas informações que poderiam existir. Exatamente como diz a Constituição é o
171	que é preciso seguir. Encerra o relatório, e o Presidente retomou a palavra e iniciou com a
172	questão: O que está sendo pensado? Hoje foi criado uma sala de emergência em situação aqui
173	no estado inteiro, mas por região, quem vai ser o primeiro a tomar as decisões de cada região?
174	Com a palavra o Conselheiro Wellington questionou sobre a saúde mental das pessoas que
175	foram atingidas pelo desastre, se tem esse impacto. E se conseguem quantificar? Com a palavra
176	Terezinha do Carmo sugeriu um projeto que possa, com o Estado e com as equipes municipais
177	trabalharem em conjunto. Após as perguntas, Orlei seguiu com a palavra em resposta ao
178	Presidente Márcio, informou que já existe um centro que é integrado com a representação do
179	desastre aqui na vigilância ambiental, e vai sendo comunicado aos Municípios sobre as
180	previsões de chuva, e que existem algumas ferramentas que precisam ser aprimoradas para
181	que sejam mais eficazes. Sobre a pergunta do Wellington foi informado que não tem um número
182	exato do prejuízo na saúde mental, que a ficha só vai caindo com um tempo, mas sabe que
183	afetou muita gente e que a estrutura de apoio precisa ser melhorada. Encerrou sua fala e
184	agradeceu pela oportunidade. O presidente Márcio assumiu a palavra e agradeceu ao Orlei e
185	sua equipe e que as portas dos CES estão sempre abertas. Ponto 7 - Convocação - 5ª
186	Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT) Sugestão de datas
187	para as etapas, exceto a nacional que é definida pelo CNS. Etapa municipal: até 30 de março
188	2025; Conferências Livres: até 20 de abril de 2025; Etapa Estadual: até 30 de maio de 2025;
189	Etapa Nacional: 8 a 11 de julho de 2025. O presidente fez a votação para quem estava de acordo
190	e todos os presentes foram favoráveis. Ponto 8 - Relato das Comissões: a palavra foi passada
191	a Maria Rita de Boni (SINDSAUDE-ES) que informou sobre a participação na conferência CISTT
192	e sobre a realização do calendário para um debate sobre o trabalhador. A palavra foi passada
193	para o Conselheiro Sidney que informou sobre o seminário da saúde mental e já sentou com a
194	comissão, e preparou o “SEMINÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE NO CONTROLE
195	SOCIAL DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO ES” que será dia vinte e um de agosto. Que
196	irá precisar muito da colaboração dos conselheiros. E gostaria que se colassem a disposição de
197	ajudar, porque é um tema importantíssimo para o Estado. A palavra foi passada para Márcia
198	Naomi Shigetomi (SINODONTO) que informou que já houveram duas reuniões e que a terceira
199	ocorrerá no mês de agosto, falarão sobre a Política de Saúde Bucal e discutirão como está a

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 255ª Reunião Ordinária

25 de julho de 2024

200	saúde bucal dos municípios do Estado do Espírito Santo. O presidente Márcio informou que sua comissão se reunirá no dia trinta e um com a CIOF para falar sobre a documentação da SSESPLANTS. Agradeceu a todas as colocações, informou que não tinha nada mais a tratar em pauta. Declarou encerrada a reunião de 255ª, e convocou a todos para a próxima reunião do mês de agosto e participação das comissões, informou a necessidade de fortalecer o CES. Márcio Flávio Soares Romanha Presidente do CES/ES
201	
202	
203	
204	
205	
206	
207	
208	
209	
210	
211	
212	
213	
214	
215	
216	
217	
218	
219	
220	
221	
222	
223	

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 256ª Reunião Ordinária

29 de agosto de 2024

001	Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de agosto do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro),
002	às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado
003	na sede da Secretária de Estado da Saúde – SESA - Av. Marechal Mascarenhas de
004	Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária, o
005	Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a Presidência do Conselheiro Márcio
006	Flávio Soares Romanha realizando sua 256ª (ducentésima quinquagésima sexta)
007	Sessão Ordinária. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes
008	Coura Batista (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Ricardo Ewald
009	(FEHOFES), Luiz Carlos Reblin (MS), Denise Mara Ramaldes (COSEMS/ES), Pablo
010	Reis Gárcia Perez (SINFES), Andrey Alvarenga Duarte (SINDPSI-ES), Márcia Naomi
011	Shigetomi (SINODONTO), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAUDE- ES), Maria Rita
012	de Boni (SINDSAUDE-ES), Eliane Maria de Souza (SINTUFES), Zaldimar Tadeu da
013	Silva (FETAES), Márcio Flávio Soares Romanha (CUT), Wesley Bonifácio Dias
014	(SINIMETAL), Fabiana Neto (SINIMETAL), Sidney Parreiras de Oliveira (PVHA),
015	Isaque de Oliveira Lima (PVHA), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), Mansuor
016	Cadais Filho (FAMMPES), Lindomar José de Almeida Silva (FASMA), Antonia Genecy
017	Teixeira de Oliveira (MITRA), Ana Paula Castelo Fonseca Moreira (GAPCCI). O
018	Presidente Márcio Romanha iniciou a reunião saudando a todos os presentes,
019	agradeceu a presença de todos, mencionou algumas datas importantes do mês de
020	agosto, como o Dia Nacional de Combate ao Fumo, e o Dia Nacional De
021	Conscientização Sobre a Esclerose Múltipla. O mesmo pediu licença ao pleno, para
022	fazer menção a uma triste matéria, matéria essa, bem capciosa, afirmando haver
023	irregularidades no processo eleitoral. Expressou que ficou muito triste e decepcionado,
024	não por terem mencionado sua pessoa, mas pela seriedade que tem esse Conselho e
025	pela transparência em todo o processo eleitoral. Informou que a paralisação ocorreu
026	de forma democrática, em decisão tomada por todos os presentes no pleno. Que
027	independente dessa matéria, o processo eleitoral vai ser tocado em frente do mesmo
028	jeito, com bastante seriedade e transparência. Decretou aberta a reunião e passou a
029	palavra para o Secretário Geral Sidney Parreira para os informes. 1- Informes: Tempo:
030	10 min Relatoria: Sidney Parreira (APVHA) Secretário Geral. 2- Indicação e
031	Aprovação – CIES – Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço do

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 256ª Reunião Ordinária

29 de agosto de 2024

032	estado do Espírito Santo – Comitê de ética da Unimed – 1 (um) representante da
033	sociedade civil Tempo: 20 min Relatoria: Márcio Romanha. 3- Apresentação –
034	Plano de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde Tempo: 30 min Relatoria:
035	CEPI. 4- A aprovação – Parecer 3º RDQA e RAG 2023 Tempo: 15 min Relatoria:
036	Márcio Romanha 5- Aprovação e encaminhamentos – Eleição CES Triênio 2024 –
037	2027 Tempo: 30 min Relatoria: Cristiano Araújo. 6- Aprovação - Moção de repúdio
038	- CONTRA A MANIFESTAÇÃO DO DEPUTADO LUCAS POLESE NAS REDES
039	SOCIAIS SOBRE POLÍTICA DE PREP E PEP NO SUS Tempo: 15 min Relatoria:
040	Coord. CIDHPE – Sidney Parreiras 7 - Relato das Comissões: Tempo: 20 min
041	Relatoria: Coordenadores. Ponto 1- Informes: O secretário Sidney Parreiras passou
042	a palavra para Alan Diniz (FAACZ) que convidou a todos para participar nos dias 18 e
043	19 de outubro no SESC de Aracruz, do I Congresso Interdisciplinar de Saúde Coletiva,
044	pediu apoio ao Conselho Estadual de Saúde, tanto na participação, quanto na
045	divulgação de Congresso. O público alvo, são todos os gestores, alunos e
046	trabalhadores da área da saúde. O Secretário retomou a palavra, e fez um breve
047	relatório de como foi o seminário de Controle da Política de Saúde Mental no ES, que
048	foi um assunto bastante pertinente e necessário para todos, um tempo proveitoso,
049	agradeceu a participação de todos e que foi um sucesso. Sem mais, passou a palavra
050	para o Presidente. Ponto 2- Indicação e Aprovação – CIES – Comissão Permanente
051	de Integração Ensino-Serviço do estado do Espírito Santo. O presidente pediu para
052	que os conselheiros se prontificassem as vagas para representar o CES na Comissão.
053	Se candidataram como representantes dos Trabalhador(a)s de Saúde Nível Superior
054	Estadual – 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) suplentes: Titular - Márcia
055	Naomi Shigetomi (SINODONTO), Titular - Geiza Pinheiro Quaresma (SINDISAUDE-
056	ES), Suplente - Eliane Maria de Souza (SINTUFES), Suplente - Maria Rita de Boni
057	(SINDISAUDE-ES). Como representantes do Trabalhador(a) de Saúde Nível Técnico
058	Estadual – 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente: Titular - Anselmo Dantas
059	(SINODONTO), Suplente - Andrey Alvarenga Duarte (SINDPSI-ES). Como
060	Representante de pessoas Usuárias do SUS – 02 (dois) representantes titulares e 02
061	(dois) suplentes: Titular - Antonia Genecy Teixeira de Oliveira (MITRA) Titular - Wesley
062	Bonifácio Dias (SINIMETAL), Suplente - Isaque de Oliveira Lima (PVHA), Suplente -

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 256ª Reunião Ordinária

29 de agosto de 2024

063	Mansuor Cadais Filho (FAMMPES) Suplente. Foi aberta a votação dos nomes, sendo
064	favorável por todos os presentes. Comitê de ética da Unimed – 1 (um) representante
065	da sociedade civil. O presidente Marcio Romanha, informou que o Secretário Geral
066	Sidney Parreira se propôs a representar a sociedade civil como titular e Mansuor
067	Cadais se propôs como suplente. O presidente abriu a votação, sendo favorável por
068	todos os presentes. Ponto 3 - Plano de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.
069	Carolina Perez (SESA/ICEPI/GESP/SSEPLANTS) e Victor, apresentaram o relatório
070	sobre como funcionou o preenchimento do formulário de adesão do programa Valoriza
071	GTES, informaram como funcionou o percurso de planejamento de construção do plano,
072	informou que na elaboração dos planos, tiveram representantes de vários Estados e
073	de novos segmentos, para construir, então a problemática dos objetivos gerais e
074	estatar a construção do plano dos estados com a metodologia, inclusive pelo Ministério
075	da Saúde. Informou que o objetivo do plano é a qualificação tanto da gestão quanto
076	dos trabalhadores da saúde. Ponto 4 - Parecer 3º RDQA e RAG 2023. O presidente
077	Marcio Romanha, passou a palavra para Simone Barni (GPEDI/SSESPLANTS/SESA)
078	que apresentou o relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) tendo sido
079	analisada em conjunto com o relatório anual da gestão (RAG) do ano de 2023,
080	resultando em um relatório consolidado. Foi aberta a votação, sendo aprovado e os
081	mesmos reconheceram o 3º RDQA e o RAG 2023, atendendo aos requisitos da Lei
082	Complementar 141/2012. Ponto 5 - Eleição CES Triênio 2024 – 2027. O presidente
083	passou a palavra para Cristiano Araújo que fez um breve relato da Comissão Eleitoral
084	em relação a eleição. Considerando a recomendação dos membros da Comissão
085	Eleitoral, foi apontada a necessidade de submeter os documentos das inscrições das
086	entidades com interesse no pleito, à auditoria em saúde (Ordem de Auditoria 020/2024,
088	Processo 2024-629QD, prazo 10 de outubro de 2024), vale ressaltar que o secretário
089	autorizou a auditoria em 07 de agosto de 2024, poucos dias depois da Reunião
090	Ordinária do CES, ocorrida em 25 de Julho de 2024, consideraram também a
091	suspensão do processo aprovado (conforme o Art. 43 parágrafo 2º e Art. 45 do
092	regimento interno do CES), em 25 de julho de 2024. Foi colocado em votação a
093	prorrogação do mandato da atual composição do pleno do CES até que se encerre o
094	processo eleitoral para o triênio 2024-2027 quando novos conselheiros serão

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 256ª Reunião Ordinária

29 de agosto de 2024

095	empossados, sendo favoravel por todos os presentes. Ponto 6 - Moção de repudio -
096	CONTRA A MANIFESTAÇÃO DO DEPUTADO LUCAS POLESE NAS REDES
097	SOCIAIS SOBRE POLÍTICA DE PREP E PEP NO SUS: O Presidente passou a
098	palavra para Andrey Alvarenga Duarte (SINDPSI-ES) que relatou sobre a declaração
099	do Deputado Estadual Lucas Polese, publicada em seu Instagram no dia 13 de agosto
100	de 2024, fazendo campanha negativa contra o SUS. Indicou a necessidade em fazer
101	uma moção de repudio contra essa manifestação, tendo em vista que o Brasil foi
102	reconhecido internacionalmente pela política de acesso universal ao tratamento
103	gratuito de HIV/AIDS na rede publica de saúde, a mesma completou 27 anos e ampliou
104	significativamente o número de pessoas que recebem o tratamento financiados pelo
105	governo, garantindo a todos o que proposto na Constituição dos Direitos Humanos. O
106	presidente abriu a votação e foram todos favoraveis a moção de repúdio. Ponto 7 -
107	Relato das Comissões: O presidente passou a palavra para Antonia Genecy Teixeira
108	de Oliveira (MITRA), informou que fará um relatório do Seminário de Saúde Mental.
109	Maria Rita de Boni (SINDISAUDE-ES), informou que o CISTT irá realizar uma mesa na
110	4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Mansuor
111	Cadaís Filho (FAMMPES) solicitou sua substituição da Câmara do HEMOES. Andrey
112	Alvarenga Duarte (SINDPSI-ES) no dia 21 de agosto de 2024 participaram do
113	Seminário de Saúde Mental. Sem mais, o Presidente Marcio Romanha declarou
114	encerrada a reunião.
115	Márcio Flávio Soares Romanha Presidente do CES/ES